

PREFÁCIO

A Revista da Escola Superior da Magistratura Tocantinense celebra mais uma grande conquista: a obtenção do Qualis B1 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esta conquista reflete o compromisso assumido pela comissão editorial do periódico de trazer à comunidade científica brasileira publicações que atendam ao mais alto grau de qualidade e excelência.

Imbuída dessa missão, empreenderam-se, nos últimos anos, metas para a expansão do periódico, dentre elas a exigência de exogenia superior a 75% dos artigos em todas as suas edições, a rigorosa avaliação double blind review, realizada por pareceristas mestres e doutores de diversos estados do País, bem como a captação de trabalhos provenientes de universidades e centros de conhecimento no Brasil e no exterior.

Atendendo às metas de internacionalização, registra a Revista a publicação de 45 artigos internacionais, provenientes de 17 países, abrangendo 4 continentes. Ao mesmo tempo, dá-se ênfase à captação de trabalhos de pesquisadores mestres e doutores, preferencialmente integrantes de Programas Stricto Sensu em todo o País. A endogenia, inferior a 25% dos artigos publicados, aprimora, estrategicamente, a seleção rigorosa dos melhores trabalhos produzidos no estado do Tocantins.

Outras mudanças estão sendo implementadas para o aperfeiçoamento da Revista, como a tradução dos artigos para a língua inglesa, a fim de consolidá-la como periódico bilíngue, bem como a sua vinculação a novas plataformas de indexação.

A presente edição da Revista ESMAT contempla 13 artigos, constituindo 3 deles relevantes trabalhos do estado do Tocantins.

Pedro Nelson de Miranda Coutinho destaca a importância da inovação tecnológica para a transformação digital e o exercício da cidadania. Para o autor, o exercício da cidadania requer a disponibilização, na presente sociedade digital, do pleno acesso à internet nas escolas, hospitais e em todo o setor da segurança pública, necessidade que se mostrou ainda mais evidente durante a pandemia, com as potencialidades advindas do trabalho remoto.

Por seu turno, Marcelo Laurito Paro e Patrícia Medina abordam o delicado tema da visita íntima na unidade prisional feminina de Palmas-TO, aqui analisada sob a própria perspectiva das mulheres encarceradas, fazendo uso, para este fim, do método fenomenológico. A participação ativa de 24 mulheres voluntárias na pesquisa evidencia a riqueza e a singularidade do trabalho, englobando a realidade de experiências, vivências e sentimentos por que passam as mulheres no ambiente

prisional, revelando, ainda, a ausência de políticas públicas adequadas para as detentas.

Outro tema de grande relevância é destacado por Eder Gama, Paulo Fernando Martins e Nathanni Matos Mauricio, com o estudo dos direitos fundamentais ante o Estatuto da Pessoa Idosa no Brasil. Constituindo os direitos da pessoa idosa como parte integrante da dignidade da pessoa humana, assim previstos em diversos diplomas internacionais, examina-se se o referido estatuto assegura materialmente o direito à educação superior, bem como se as políticas educacionais mediante a pessoa idosa têm se mostrado prioritárias no País.

Provenientes de diferentes estados brasileiros, festeja a Revista a publicação de primorosos trabalhos. Dejair Santana Júnior e Ricardo Maurício Soares examinam o problema dos refugiados ambientais na comunidade internacional, analisando-se o conceito tradicional de refugiados, bem como situações de deslocamento forçado causadas por eventos ambientais, a exemplo de desastres naturais. Aborda-se, ainda, a decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU no caso *Ione Teitiota versus Nova Zelândia*, e a solicitação de refúgio de um morador de Kiribati perante aquele país, em decorrência do aumento do nível do mar ocasionado pelo aquecimento global.

Por sua vez, Felipe Cesar Rebêlo aponta o debate atual e necessário sobre as políticas públicas de transparência no período eleitoral e a prestação de contas de candidatos e partidos. Para isso, examina as possibilidades de aperfeiçoamento do procedimento eleitoral de prestação de contas, materializado na elaboração de políticas públicas voltadas à transparência, constituindo esta uma exigência constitucional própria à gestão pública.

Francisco Pereira, Karla Luzia Alvares e Paulo Joviniano Alvares examinam o direito de conhecimento da ascendência biológica como um direito fundamental da personalidade. Para isso, abordam pontos sensíveis, como o acesso da verdade genética e o conhecimento das características genéticas do indivíduo, examinando, por outro turno, a necessidade de preservação do núcleo familiar estabelecido por meio da filiação socioafetiva.

Julio Cezar Couceiro apresenta abordagem inovadora sobre a temática da razoável duração do processo, repousando o mérito do trabalho na comparação da realidade brasileira diante dos critérios de aferição adotados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Para este fim, examina-se o caso *Damião Ximenes Lopes*, julgamento paradigmático da Corte Interamericana de Direitos Humanos, averiguando se os Estados-membros cumpriram com a entrega da prestação do serviço jurisdicional em tempo razoável.

Letícia Lemgruber e Américo Bedê Freire Junior investigam a constitucionalidade da busca pessoal como medida de polícia preventiva, analisando o fundamento constitucional e os standards probatórios autorizadores da busca. Para isso, examinam as decisões do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria, as quais limitaram sua legitimidade à finalidade probatória e restringiram as hipóteses evidenciadoras da fundada suspeita aptas a motivar a busca.

Já no viés interdisciplinar, empreende Maria dos Remédios Viana trabalho voltado às questões de gênero, cujo recorte versa sobre o feminismo interseccional e o decolonialismo. Evidencia a autora o diálogo entre a Sociologia e a corrente feminista interseccional, adentrando as questões de gênero pelo viés decolonial, que contribuem para a análise das minorias, a emancipação dos sujeitos e o empoderamento social.

Questões de gênero também são apontadas no trabalho de Marcelo Ribeiro, Arianne Athias e Amanda Corrêa, promovendo um estudo de caso no Centro de Reeducação Feminino (CRF) de Ananindeua, estado do Pará. Os autores evidenciam a ausência de políticas públicas em face das mulheres encarceradas, investigando as consequências da violência de gênero na vida das detentas.

A temática ambiental é analisada por André Rafael Weyermüller e Cleide Calgaro, versando o trabalho sobre a valoração da água como elemento econômico e ambiental e a influência promovida pelas mudanças climáticas, promovendo-se importante análise sobre a relação entre Direito e Economia, baseada no prisma autopoietico e sistêmico de Luhmann.

Vinicius Barros aponta as vantagens e desvantagens das ODRs na etapa pré-processual de demandas consumeristas ante produtos adquiridos na internet, propondo a obrigatoriedade de cadastro das empresas na venda de produtos de consumo de maneira online nas plataformas governamentais.

Por fim, dos Estados Unidos, brinda-nos Alexandre Sergio da Rocha com o primoroso trabalho Human rights as a social program to reduce vulnerabilities. Trabalha o autor o conceito de vulnerabilidade a partir de uma perspectiva filosófica e estratégica, apontando sua manifestação a partir de três ordens: vulnerabilidade trivial, vulnerabilidade consolidada e vulnerabilidade situacional. Entende o autor que a injustiça social decorre da suposição de que sejam consolidadas as vulnerabilidades situacionais, constituindo fonte de diferentes tipos de vitimização, demonstrando, com base no instrumental de Niklas Luhmann, serem os direitos humanos um programa social voltado às vulnerabilidades.

Por ocasião da conquista do Estrato B1 pela Capes, registram-se, aqui, os agradecimentos a toda a equipe editorial da Revista ESMAT, nas pessoas do desembarga-

dor Marco Villas Boas, da competente editora executiva Grazielle Coelho Borba, de Roberto Pires, responsável pela identidade visual da revista, das bibliotecárias Cynthia Valéria Aires e Silvânia Olortegui, destacando, ainda, o primoroso trabalho de revisão dos artigos, promovido por Maria Ângela Barbosa Lopes. Sem a atuação destes nomes, seria impossível atingir os resultados até aqui alcançados.

A Revista ESMAT continuará trilhando novos desafios na busca da qualidade e excelência do período, atendendo aos rigores científicos estabelecidos pela Capes, e promovendo a expansão da ciência e do conhecimento a toda a comunidade, constituindo esta uma missão conjunta do Judiciário e da Academia tocantinenses.

Palmas, 24 de outubro de 2022.

Tarsis Barreto Oliveira
Editor Científico da Revista ESMAT